

Sem quórum, Comissão não vota

**Congressistas deixam
para hoje decisão
sobre pedido de
crédito para os Correios**

BRASÍLIA - Começou a funcionar ontem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, instalada por seu presidente, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Mas, por falta de quórum, não foram votados os dois pedidos de créditos que estavam em pauta. Ela volta a reunir-se hoje, às 11 horas.

Havia quórum entre os representantes do Senado, mas não entre os da Câmara. Dos sete senadores, comparece-

ram quatro; dos 16 deputados, sete. Faltaram dois para completar a maioria absoluta exigida para deliberações. Entre os ausentes, o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), e o líder do maior partido governista, Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Sem os líderes governistas, o próprio presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Rocha Lima — interessado na aprovação de crédito de Cr\$ 28,5 bilhões para pagar dívidas da empresa — teve de acompanhar a reunião, prestar informações e, depois, articular-se para garantir a presença de mais dois deputados na

reunião de hoje, última oportunidade para aprovar o crédito.

Foi a primeira vez que se instalou a Comissão Representativa, criada pela Constituição de 1988 para funcionar nos recessos parlamentares.

CONVOCAÇÃO CARA

A convocação extraordinária do Congresso, em janeiro, custaria aos cofres públicos quase um bilhão de cruzeiros. A estimativa é do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. A legislação que regula a remuneração parlamentar estabelece que aos deputados e senadores é devida uma aju-

da de custo equivalente ao valor do subsídio, paga no início e no final de cada sessão legislativa. A convocação corresponde a uma sessão legislativa extraordinária.

Como em janeiro os subsídios (58,75% da remuneração) serão de Cr\$ 844.310,00, cada um dos 495 deputados e 75 senadores vai receber um total de Cr\$ 1.688.620,00. O gasto total será de Cr\$ 962.513.000,00.

“É um gasto alto e desnecessário” — avalia o líder do PMDB, senador Ronan Tito (MG). Ele acha que, com tantos deputados não-reeleitos (mais de 300) e a poucos dias do término do mandato (31 de janeiro), não haverá quórum para deliberações.